

Museu Paranaense: história, museologia e sociedade

Milena Santos Mayer
Fabiana Lopes da Cunha
DOI 10.26512/museologia.v9i18.29009

O século XIX é notadamente concebido como um importante período na história das instituições museológicas no mundo ocidental. Este momento não passa ao largo do Brasil, pois neste período são criados os primeiros museus do território nacional. Levanta-se então o questionamento: quais são os museus brasileiros criados no século XIX? Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista? O livro *Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade*, de autoria de Ricardo Carvalho Rodrigues, apresenta análise sobre esta quarta instituição que, segundo o autor, não é regularmente lembrada pela historiografia dos museus brasileiros do século XIX.

Resultado de sua tese de doutoramento defendida no final do ano de 2018, no curso de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a pesquisa foi orientada pela professora Maria Célia Teixeira Moura Santos e publicada em livro no ano de 2019, integrando a coleção *Teses do Museu Paranaense*. A iniciativa disponibiliza, em formato impresso e eletrônico, teses e dissertações produzidas a partir de investigações realizadas na instituição museal. A obra é construída em seis capítulos que apresentam, entre outros aspectos, o contexto de criação e a trajetória do museu. Além disso, identifica o lugar do Paraná e da instituição no século XIX, utilizando-se da historiografia produzida sobre o tema. É nesta toada que o autor propõe uma reflexão acerca dos motivos que levaram a invisibilidade do Museu Paranaense na produção acadêmica ao se tratar dos museus brasileiros. Para tanto, o autor expõe levantamento bibliográfico, indicando e analisando livros, teses, artigos e guias de museus a fim de demonstrar suas premissas.

Quanto a hipótese da invisibilidade do Museu Paranaense percebemos de início que não é por falta de divulgação ou ausência de contato com outras instituições que justificam a exclusão deste em significativos trabalhos que tratam da história dos museus no Brasil tal como a obra *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930* (1993) de autoria de Lília Moritz Schwarcz, por exemplo. Mas ainda sim aponta Rodrigues que o primeiro trabalho dedicado a história dos museus brasileiros do século XIX que inclui o Museu Paranaense é a tese de doutorado *Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista* de autoria de Andréa Fernandes Considera (2015).

O Museu Paranaense é classificado como museu histórico, responsável pela guarda de mais de 450.000 peças, e ao longo do texto é possível perceber

o intuito e a centralidade da problemática em torno do papel da instituição na contemporaneidade e a atuação da mesma perante a sociedade curitibana e paranaense.

No ano de 2016, durante o desenvolvimento da pesquisa, o museu promoveu eventos em comemoração aos seus 140 anos. Entretanto, o autor defende que o ano de fundação não seria 1876 e sim 1874. Essa verificação de datas, pode remeter à uma perspectiva positivista da história, todavia, no decorrer da leitura observa-se que a intenção do autor é compreender o lugar do Museu Paranaense no desenvolvimento da sociedade local, a fim de oferecer subsídios que possam auxiliar a instituição perante sua função social, posto que a obra é marcada pelo viés teórico da Sociomuseologia.

Para cumprir esse objetivo, o autor propõe um recorte temporal que compreende o período de criação e consolidação do museu (que vai de 1874 até 1928) e um segundo momento, a partir da gestão de Renato Carneiro Junior (que abrange os anos de 2011 a 2017).

O salto temporal proposto entre os períodos pesquisados – 1874 a 1928 e 2011 a 2017 – tem especial importância para poder reconhecer e registrar o perfil das ações desenvolvidas pelo Museu Paranaense no primeiro deles, bem como reconhecer como se davam as relações do museu com a sociedade da época. Busca-se, então, conhecer o passado, não como modelo para o presente, mas como experiência vivida que poderia trazer novos referenciais para o presente, possibilidade de inovação e de mudança. (RODRIGUES, 2019, p.46)

Ricardo Rodrigues utiliza como fonte para a análise do primeiro período periódicos paranaenses, relatórios de província da Presidência e das secretarias do Paraná, além de documentos gerados pelas exposições provinciais, nacionais e internacionais. Para o segundo o momento as fontes incluem também publicações e documentos institucionais, mas são principalmente compostas por entrevistas com o diretor e com os funcionários. O autor indica que a colaboração dos profissionais foi fundamental, uma vez que a proposta consistia em realizar uma pesquisa participativa.

Uma questão interessante, e que pode gerar debates e discordâncias, é a abordagem e a interpretação do termo política cultural, pois o autor propõe esse conceito para pensar o século XIX. Rodrigues aponta algumas iniciativas como políticas culturais, entretanto reconhece que não é possível identificar uma política cultural explícita, há preocupação em não apresentar considerações anacrônicas. A fundamentação do conceito é trabalhada na perspectiva apresentada na obra *Políticas Culturais no Brasil* (2007) de Alexandre Almeida Barbalho e Antônio Albino Canelas Rubim.

Em âmbito nacional, é a partir da chegada da família real que o autor identifica um movimento de políticas culturais no Brasil, com o estabelecimento de espaços e instituições como imprensa, biblioteca, museu e jardim. Para fundamentar esse cenário, Rodrigues busca referências em autores como José Murilo de Carvalho e Lúcia Bastos Pereira das Neves, Lília Moritz Schwarcz e Sergio Buarque de Holanda. O mesmo exercício é feito para identificar quais seriam as ações de uma política cultural no Paraná a partir da emancipação da província em 1853. Compreender a situação econômica, social e cultural do Paraná é importante para localizar o leitor, além de auxiliar na reflexão acerca da invisibilidade do Museu Paranaense no contexto nacional.

Segundo Rodrigues, após deixar de ser 5ª Comarca da Província de São

Paulo organizam-se “ações articuladas e contínuas”, na obra tratadas como políticas culturais caracterizadas principalmente por princípios religiosos, mas também a criação do Arquivo Público Paranaense, a Banda de Música da Companhia de Força Policial, a Biblioteca Pública, participação em grandes exposições nacionais, além do advento do próprio museu. Dessa forma, o autor entende que há um “alinhamento das ações implementadas no âmbito nacional desde 1808, ano da vinda da família real ao Brasil, e no âmbito provincial desde 1853, ano da emancipação da província do Paraná” (RODRIGUES, 2019, p.111).

Ao traçar um paralelo entre as realidades provincial e imperial, é possível enxergar dois movimentos semelhantes ocorrendo em instâncias diferentes: a contraposição ao lusitano e a contraposição ao paulista; a construção de uma identidade nacional e a construção de uma identidade regional paranaense; a construção de uma história brasileira e a construção de uma história paranaense; a produção centralizada na cana e no café e a produção centralizada na erva-mate (RODRIGUES, 2019, p.111-112)

O autor apresenta ainda uma breve análise acerca das características comuns entre os museus brasileiros do século XIX, destacando seu perfil científico, ou seja, com o desenvolvimento de pesquisas, exposições e publicações fruto de tais estudos. Assim o Museu Paranaense tenta aproximar-se dos modelos de museus científicos daquele período. No entanto, aponta-se nos documentos investigados que a instituição desenvolveu também outro perfil: o de prestador de serviços, atuando diretamente com a comunidade local.

Essa relação com a sociedade e a postura do museu passam diretamente pelas figuras dos diretores dos respectivos períodos estudados. Agostinho Ermelino de Leão, responsável pela fundação da instituição, ocupava o cargo de Vice-Presidente da província e era também juiz de direito. O historiador Romário Martins também ocupou cargos políticos e foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Em diálogo com Pierre Bourdieu, Rodrigues propõe a reflexão acerca do capital simbólico que envolve esses sujeitos reconstruindo a trajetória e as ações museológicas que caracterizaram o Museu Paranaense. É interessante perceber a inserção do museu no cotidiano da sociedade paranaense, como ponto de coleta de doações, promoção de eventos para angariar fundos, eventos sociais, e até mesmo ponto de ações eleitorais tais como local de publicação de candidatos, eleição e publicação dos eleitos.

O autor reconhece e deixa claro que a sociedade a que se refere é uma elite, especificamente a elite rural que esteve à frente da política e da economia desde antes da emancipação da província. Ainda assim, a tese afirma que há uma participação ativa dessa comunidade. No primeiro momento identifica-se um viés social para o museu e no segundo um viés cultural. No período de Agostinho Ermelino de Leão, essa sociedade tinha forte representação da elite agrícola paranaense; já com Romário Martins observa-se uma sociedade urbana, ligada ao meio intelectual e político. Lembra-se que Romário Martins é um dos principais teóricos do movimento denominado Paranismo, que buscava definir, difundir e enaltecer a cultura e a identidade paranaense.

Contudo, como dito anteriormente, o texto é construído a partir dessa pesquisa historiográfica, mas também quer pensar o museu na contemporaneidade. Dessa forma, como o próprio autor aponta, o leitor se depara com um “salto temporal” que vai de 2011 a 2017, sob a gestão de Renato Augusto Carneiro Junior. A respeito desse período, Rodrigues constrói um diagnóstico

das ações museológicas da instituição, informando e analisando projetos, tratamento do acervo, exposições, ações sociais e educativas, cursos, palestras e a produção científica da instituição incluindo seus problemas e incongruências. Nesse momento, é possível perceber que se durante os séculos XIX e XX o Museu Paranaense atuou para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma elite local, agora, na contemporaneidade, há ampliação e a diversificação da comunidade alcançada. Entretanto, o autor destaca que esse é um desafio para instituição, posto que muitas atividades ainda se dirigem a um público restrito.

Percebo que o maior desafio do Museu Paranaense – e de outros museus do mesmo perfil – é reconhecer a diversidade social atendida e construir significados em parceria com os diversos atores sociais, trazendo ações museológicas críticas que incorporem sua comunidade como referência para a qualificação de seus objetos, suas coleções, seu acervo (RODRIGUES, 2019, p. 376).

Na perspectiva teórica, para Rodrigues, o Museu Paranaense atua como uma instituição prestadora de serviço, conforme a definição de Moutinho (2008), pois procura responder as demandas da sociedade científica local e nacional e também as demandas culturais e sociais locais. Além disso, ainda em diálogo com Moutinho e a Sociomuseologia o autor traz a categoria de museu complexo. Essa nova categoria surge como resposta de uma nova realidade museológica, entretanto o autor argumenta que o Museu Paranaense se aproxima desse conceito posterior desde a sua fundação.

Por fim, no último capítulo, o autor elenca sete hipóteses levantadas na pesquisa e apresenta um quadro confirmando-as ou rejeitando-as. Essas premissas são fundamentais para a compreensão do que se trata a obra, são elas:

1. O Museu Paranaense faz parte do grupo de museus denominados museus brasileiros do século XIX.
2. A invisibilidade do Museu Paranaense na historiografia dos museus brasileiros do século XIX dá-se pelo não alinhamento ao modelo de museus então existentes, bem como por não fazer parte dos eixos econômico, político e cultural brasileiros no período.
3. A criação do Museu Paranaense deve ser considerada em 1874, sendo sua primeira sede a Tesouraria Provincial e a primeira ação de comunicação de seu acervo a Exposição Provincial de 1875.
4. As ações museológicas desenvolvidas no Museu Paranaense, dentro de seu contexto e realidade temporal, contribuíram para o estreitamento das relações com a sociedade local, para o desenvolvimento comunitário da província e do estado do Paraná.
5. Em que pese o desenvolvimento da sociedade paranaense, as ações museológicas desenvolvidas pelo museu atenderam à demanda de uma elite agrícola, em especial, a burguesia ervateira e campeira da província e do estado do Paraná.
6. As ações museológicas contemporâneas do Museu Paranaense continuam a atender à demanda de uma elite paranaense, em especial, a elite intelectual, acadêmica e econômica de Curitiba.
7. A metodologia adotada possibilitou a interação entre o pesquisador e a equipe do Museu Paranaense, contribuindo para o processo de avaliação da instituição e a elaboração de novas estratégias, com o objetivo de aprimorar sua gestão e incrementar suas relações com a sociedade local

Para verificar e compreender essas questões é preciso ler a obra completa que, como já dito, está disponível no site oficial do Museu Paranaense, bem como outras obras produzidas a partir de pesquisas no acervo que foram publicadas. Esse texto é indicado para quem tem interesse na história dos museus

brasileiros e busca conhecer as especificidades da museologia no Brasil para além dos grandes centros.

Referências

BARBALHO, Alexandre Almeida; RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

MOUTINHO, Mario. Os museus como instituições prestadoras de serviços. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Estudos e Ensaios*, 12, 3646. 2008. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/987>>.

RODRIGUES, Ricardo Carvalho. *Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade*. Curitiba : SAMP, 2018. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Livros/Museu_Paranaense_Ricardo_Carvalho_Rodrigues.pdf>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Submetido em 13 de fevereiro de 2020.
Aprovado em 05 de junho de 2020.